

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	50
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Dividendo	15/02/2017	Ordinária		0,12264
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,00853
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	15/02/2017	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,10282
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Dividendo	10/04/2017	Ordinária		0,10766
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2017	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Dividendo	29/05/2017	Ordinária		0,01422
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Dividendo	29/05/2017	Ordinária		0,09675
Reunião do Conselho de Administração	29/05/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/05/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	23/06/2017	Dividendo	23/06/2017	Ordinária		0,09315
Reunião do Conselho de Administração	23/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	23/06/2017	Ordinária		0,00822
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2017	Dividendo	28/07/2017	Ordinária		0,08744
Reunião do Conselho de Administração	27/07/2017	Juros sobre Capital Próprio	28/07/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2017	Dividendo	29/08/2017	Ordinária		0,13630
Reunião do Conselho de Administração	29/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2017	Ordinária		0,00822
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2017	Dividendo	29/09/2017	Ordinária		0,08692

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/09/2017	Ordinária		0,00822
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2017	Dividendo	30/10/2017	Ordinária		0,12102
Reunião do Conselho de Administração	30/10/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/10/2017	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	29/11/2017	Dividendo	29/11/2017	Ordinária		0,10606
Reunião do Conselho de Administração	29/11/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/11/2017	Ordinária		0,00822

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.882.581	1.835.216	1.735.812
1.01	Ativo Circulante	201.960	400.145	278.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	135.740	332.433	209.104
1.01.03	Contas a Receber	62.022	63.909	63.642
1.01.03.01	Clientes	61.964	63.853	63.573
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	58	56	69
1.01.06	Tributos a Recuperar	1	416	194
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1	416	194
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.372	1.701	2.285
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.825	1.686	2.934
1.01.08.03	Outros	2.825	1.686	2.934
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.825	1.686	2.934
1.02	Ativo Não Circulante	1.680.621	1.435.071	1.457.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	414.856	84.411	74.562
1.02.01.03	Contas a Receber	82	0	1.877
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	82	0	1.877
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.831	23.264	12.550
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.831	23.264	12.550
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	386.943	61.147	60.135
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	66.884	61.147	60.135
1.02.01.09.04	Debêntures a receber	320.059	0	0
1.02.03	Imobilizado	30.970	35.157	37.216
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.970	35.157	37.216
1.02.04	Intangível	1.234.795	1.315.503	1.345.875
1.02.04.01	Intangíveis	1.234.795	1.315.503	1.345.875

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.882.581	1.835.216	1.735.812
2.01	Passivo Circulante	130.483	135.896	122.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.024	5.637	5.331
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.024	5.637	5.331
2.01.02	Fornecedores	14.899	17.159	15.457
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.899	17.159	15.457
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.868	10.476	9.826
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.868	10.476	9.826
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	10.868	10.476	9.826
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.605	30.444	28.746
2.01.04.02	Debêntures	30.605	30.444	28.746
2.01.05	Outras Obrigações	21.964	29.607	35.048
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.831	3.683	9.605
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.831	3.096	6.451
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	587	3.154
2.01.05.02	Outros	16.133	25.924	25.443
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.610	1.902	1.775
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	7.830	20.270	18.641
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.693	3.752	5.027
2.01.06	Provisões	46.123	42.573	28.227
2.01.06.02	Outras Provisões	46.123	42.573	28.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	34.693	26.825	19.289
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.430	15.748	8.938
2.02	Passivo Não Circulante	1.332.475	1.298.460	1.223.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.163.687	1.127.690	1.054.463
2.02.01.02	Debêntures	1.163.687	1.127.690	1.054.463
2.02.02	Outras Obrigações	7.695	15.810	30.550
2.02.02.02	Outros	7.695	15.810	30.550
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	0	7.427	22.121

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	7.695	8.383	8.429
2.02.04	Provisões	161.093	154.960	138.598
2.02.04.02	Outras Provisões	161.093	154.960	138.598
2.02.04.02.04	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	74.395	70.262	69.025
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	83.753	81.922	66.966
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.945	2.776	2.607
2.03	Patrimônio Líquido	419.623	400.860	389.566
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	116.585	97.822	86.528
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	56.076	37.313	26.019

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.023.475	942.796	935.773
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-387.194	-379.738	-378.697
3.03	Resultado Bruto	636.281	563.058	557.076
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.216	-49.694	-49.927
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44.216	-49.694	-49.927
3.04.05.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.354	-49.677	-49.913
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Liquidas	138	-17	-14
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	592.065	513.364	507.149
3.06	Resultado Financeiro	-59.852	-103.516	-148.507
3.06.01	Receitas Financeiras	48.900	42.140	28.731
3.06.02	Despesas Financeiras	-108.752	-145.656	-177.238
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	532.213	409.848	358.642
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-171.869	-129.708	-112.819
3.08.01	Corrente	-176.436	-140.422	-121.402
3.08.02	Diferido	4.567	10.714	8.583
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	360.344	280.140	245.823
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	360.344	280.140	245.823
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,33270	1,03607	0,90916

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	360.344	280.140	245.823
4.03	Resultado Abrangente do Período	360.344	280.140	245.823

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	590.386	560.272	535.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	824.760	742.397	716.940
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	360.344	280.140	245.823
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	149.816	121.922	119.038
6.01.01.03	Perda/baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	55	1.052	213
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Variação Monetária sobre Debêntures	84.399	120.872	152.104
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	47.409	55.432	50.085
6.01.01.07	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	10.179	10.908	7.754
6.01.01.08	Variação Monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-1.220	4.497	7.387
6.01.01.09	Constituição de provisão para perdas civeis, trabalhistas e tributárias	947	537	5.780
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para perdas civeis, trabalhistas e tributárias	7.006	2.443	8.081
6.01.01.11	Prêmio de opções	0	0	82
6.01.01.12	Juros capitalizados	-595	-14	0
6.01.01.13	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	157	32	131
6.01.01.14	Tributos diferidos	-4.567	-10.714	-8.583
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	2.723	877	436
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4.207	-195	-7.031
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	15.937	14.186	14.238
6.01.01.18	Provisão para imposto de renda e contribuição social	176.436	140.422	121.402
6.01.01.19	Juros ativos - Debêntures privadas	-20.059	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-234.374	-182.125	-181.594
6.01.02.01	Clientes	1.732	-312	1.474
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	415	-222	856
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	329	584	-171
6.01.02.04	Outros Créditos	-1.221	3.125	4.496
6.01.02.05	Fornecedores	-2.260	1.702	-5.189
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	392	650	379
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	387	306	-362
6.01.02.08	Partes relacionadas	2.146	-5.909	1.900

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.09	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-3.820	-1.743	-7.000
6.01.02.10	Pagamento de manutenção e construção de obras	-47.720	-43.679	-44.085
6.01.02.11	Outros contas a pagar	253	-1.321	-5.113
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social	-180.754	-133.612	-127.444
6.01.02.13	Pagamento dos depósitos judiciais	-4.253	-1.694	-1.335
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-364.381	-90.529	-67.461
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-4.509	-5.691	-6.456
6.02.02	Aquisição de Intangível	-59.872	-84.838	-61.005
6.02.03	Debêntures privadas	-300.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-422.698	-346.414	-306.968
6.03.04	Obrigações com o poder concedente	-34.584	-31.748	-30.534
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-339.873	-268.719	-234.260
6.03.07	Juros Pagos	-48.241	-45.947	-42.174
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-196.693	123.329	160.917
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	332.433	209.104	48.187
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	135.740	332.433	209.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	97.822	0	0	400.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.313	-304.268	0	-341.581
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.313	-278.406	0	-315.719
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-25.862	0	-25.862
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	360.344	0	360.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.344	0	360.344
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	56.076	-56.076	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	56.076	-56.076	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	116.585	0	0	419.623

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.019	-242.827	0	-268.846
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.019	-215.523	0	-241.542
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-27.304	0	-27.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	280.140	0	280.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	280.140	0	280.140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.313	-37.313	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.313	-37.313	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	97.822	0	0	400.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	82	-16.231	-219.804	0	-235.953
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	82	0	0	0	82
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.231	-197.096	0	-213.327
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-22.708	0	-22.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.823	0	245.823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.823	0	245.823
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.019	-26.019	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.019	-26.019	0	0
5.07	Saldos Finais	302.547	491	86.528	0	0	389.566

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	1.119.117	1.024.520	1.018.805
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.016.671	903.792	909.529
7.01.02	Outras Receitas	45.802	41.915	39.691
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	56.644	78.813	69.585
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-245.705	-267.713	-272.235
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-211.720	-229.628	-232.471
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.985	-38.085	-39.764
7.03	Valor Adicionado Bruto	873.412	756.807	746.570
7.04	Retenções	-149.816	-121.922	-119.038
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-149.816	-121.922	-119.038
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	723.596	634.885	627.532
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.900	42.140	28.731
7.06.02	Receitas Financeiras	48.900	42.140	28.731
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	772.496	677.025	656.263
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	772.496	677.025	656.263
7.08.01	Pessoal	36.513	36.926	34.236
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.056	27.131	24.302
7.08.01.02	Benefícios	7.691	8.117	8.550
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.766	1.678	1.384
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	263.663	211.431	195.851
7.08.02.01	Federais	210.650	164.226	147.466
7.08.02.03	Municipais	53.013	47.205	48.385
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.976	148.528	180.353
7.08.03.01	Juros	48.617	48.016	44.921
7.08.03.02	Aluguéis	3.224	2.872	3.115
7.08.03.03	Outras	60.135	97.640	132.317
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	360.344	280.140	245.823
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	25.862	27.304	22.708
7.08.04.02	Dividendos	278.406	215.523	197.096

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.076	37.313	26.019

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Planejamento, gestão estratégica e a busca incessante pela prestação de serviços com excelência são algumas das características que têm permitido a Ecovias dos Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, atingir bons resultados desde o início de suas atividades, em 29 de maio de 1998. Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Grupo Ecorodovias, todo trabalho vem sendo realizado com visão de longo prazo e respeito ao desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecovias dos Imigrantes agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.723 mil em 2017, aumento de 5,0%, influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável, no caso de veículos leves e para veículos pesados influenciado positivamente pelo aumento das exportações de commodities agrícolas no Porto de Santos.

Em 01 de julho de 2017, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 1,6% pelo IGP-M. A partir de 2015, começou a ser aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão e prazo de concessão. Além disso, a tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas maiores.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$1.119,1 milhões em 2017, aumento de 9,2% devido principalmente, ao crescimento do tráfego e ao reajuste anual tarifário. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$95,6 milhões, 17,0% superior quando comparado com o exercício anterior.

Relatório da Administração

Receita de Pedágio - crescimento de 12,5%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2017 e aumento no volume de tráfego pedagiado.

Receita Acessória – crescimento de 9,3%, principalmente devido a receita proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 28,1%, principalmente, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$1.023,5 milhões em 2017. Excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$966,8 milhões, aumento de 11,9% em relação a 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 0,5% totalizando R\$431,5 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$177,7 milhões, aumento de 2,6%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$36,5 milhões em 2017, redução de 1,1%, devido a otimização da estrutura administrativa, compartilhamento de despesas e reversão de contingências trabalhistas;

Conservação e Manutenção: R\$10,3 milhões em 2017, redução de 3,5% comparado com 2016, resultante da renegociação de custos com a manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$93,6 milhões em 2017, 4,2% superior a 2016, principalmente, devido a readequação do contrato de prestação de serviços administrativos com a controladora;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$23,1 milhões em 2017, 5,5% superior a 2016, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio;

Outros: R\$14,2 milhões em 2017, 1,7% superior a 2016, devido a provisões para contingências cíveis;

Depreciação e Amortização: R\$149,8 milhões em 2017, 22,9% superior a 2016, devido ao aumento da base de ativos durante o exercício de 2017 e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$47,4 milhões em 2017, redução devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$56,6 milhões em 2017, 28,1% inferior a 2016, principalmente, referente ao menor nível de obras exigidas pelo contrato.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

Relatório da Administração

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2017, foi de R\$741,9 milhões (margem EBITDA de 72,5%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$789,3 milhões com crescimento de 14,3% e margem EBITDA de 81,6%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$59,9 milhões, redução de 42,2% em relação aos R\$103,5 milhões negativos em 2016, devido a redução da variação do IPCA (indexador das debêntures), quando comparado com o exercício anterior.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2017, a Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido de R\$360,3 milhões, crescimento de 28,6%.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$135,7 milhões, e dívida bruta composta por debêntures de R\$1.094,3 milhões, sendo 97,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$7,8 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$1.066,4 milhões com os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,4x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

CAPEX

O Capex realizado pela Companhia totalizou R\$112,7 milhões em 2017, com destaque para investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410) – *“Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”*. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$285,9 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A exploração da concessão tinha prazo inicial de 20 anos sendo, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, a concessão consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 15.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.406/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos na nota explicativa nº3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures, empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*
- (ii)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas

Notas Explicativas

	locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 6,58% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	9.440	7.846
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	120.763	319.363
Aplicações automáticas (b)	5.537	5.224
	<u>135.740</u>	<u>332.433</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e

Notas Explicativas

remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico (a)	57.620	62.078
Receitas acessórias (b)	4.778	2.052
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(434)	(277)
	<u>61.964</u>	<u>63.853</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	61.142	62.647
Vencidos:		
Até 30 dias	277	1.003
De 31 a 60 dias	321	95
De 61 a 90 dias	163	57
De 91 a 120 dias	61	51
Acima de 120 dias	434	277
	<u>62.398</u>	<u>64.130</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	277	245
Constituição de PECLD no exercício	529	245
Valores recuperados no exercício	(372)	(213)
	<u>434</u>	<u>277</u>

Notas Explicativas

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	61.147	60.135
Adições	4.253	1.694
Baixas	(2.723)	(877)
Atualização monetária	4.207	195
Saldo no fim do exercício	<u>66.884</u>	<u>61.147</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo						Depreciação						Residual		
		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Baixas		Adições			Transf.	
		Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Adições		Baixas	Transf.
Hardwares	4,7	106.855	3.007	(120)	-	109.742	(94.983)	(5.057)	120	-	(99.920)	9.822	11.872	-	9.822	11.872
Máquinas e equipamentos	6,3	19.441	427	-	-	19.868	(12.981)	(1.232)	-	-	(14.213)	5.655	6.460	-	5.655	6.460
Móveis e utensílios	6,7	6.368	68	-	-	6.436	(4.490)	(427)	-	-	(4.917)	1.519	1.878	-	1.519	1.878
Terenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	-	3.304	3.304	-	3.304	3.304
Edificações	8,0	3.437	716	-	(14)	4.139	(1.485)	(304)	-	-	(1.789)	2.350	1.952	-	2.350	1.952
Veículos	11,1	6.063	-	(1.009)	-	5.054	(4.540)	(559)	1.009	-	(4.090)	964	1.523	-	964	1.523
Instalações	10,2	10.717	291	-	-	11.008	(3.422)	(1.103)	-	-	(4.525)	6.483	7.295	-	6.483	7.295
Outros	-	873	-	-	-	873	-	-	-	-	-	873	873	-	873	873
		157.058	4.509	(1.129)	(14)	160.424	(121.901)	(8.682)	1.129	-	(129.454)	30.970	35.157	-	30.970	35.157

Notas Explicativas

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2016				
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.				
Hardwares	5,2	104.031	2.946	-	(122)	106.855	(89.534)	(5.462)	-	13	11.872	14.497
Máquinas e equipamentos	6,8	18.101	1.340	-	-	19.441	(11.709)	(1.272)	-	-	6.460	6.392
Móveis e utensílios	7,2	6.332	36	-	-	6.368	(4.035)	(455)	-	-	1.878	2.297
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,2	3.437	-	-	-	3.437	(1.237)	(248)	-	-	1.952	2.200
Veículos	9,0	6.068	98	(103)	-	6.063	(4.100)	(543)	103	-	1.523	1.968
Instalações	9,2	8.157	1.271	-	1.289	10.717	(2.472)	(924)	-	(26)	7.295	5.685
Outros	-	873	-	-	-	873	-	-	-	-	873	873
		150.303	5.691	(103)	1.167	157.058	(113.087)	(8.904)	103	(13)	(121.901)	37.216

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 11) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

9. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual	
	Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016			
	Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			
(i)	2.445.201	21.029	(55)	37.161	2.503.336	(1.139.056)	(140.151)	(1.279.207)	1.224.129	1.306.145
10,8	8.977	227	-	-	9.204	(6.535)	(983)	(7.518)	1.686	2.442
-	6.916	39.211	-	(37.147)	8.980	-	-	-	8.980	6.916
	2.461.094	60.467	(55)	14	2.521.520	(1.145.591)	(141.134)	(1.286.725)	1.234.795	1.315.503

Contratos de concessão (ii)

Softwares de terceiros

Intangível em andamento (iii)

Notas Explicativas

	Custo				Amortização				Residual			
	Taxas médias anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.		Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos de concessão (ii)	(i)	2.369.815	21.554	(1.052)	54.884	2.445.201	(1.027.013)	(112.040)	(3)	(1.139.056)	1.306.145	1.342.802
Softwares de terceiros	11,4	8.259	744	-	(26)	8.977	(5.573)	(978)	16	(6.535)	2.442	2.686
Intangível em andamento (iii)	-	387	62.554	-	(56.025)	6.916	-	-	-	-	6.916	387
		2.378.461	84.852	(1.052)	(1.167)	2.461.094	(1.032.586)	(113.018)	13	(1.145.591)	1.315.503	1.345.875

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2017 é de 5,6% ao ano (4,6% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

(iii) Os principais valores concentram-se na manutenção e implantação de dispositivo e restauração do pavimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados encargos financeiros de R\$595 (R\$14 em 31 de dezembro de 2016). A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,70% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,64% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.257	1.385	(1.638)	6.004	(253)
Provisão para férias e encargos de diretores	161	93	(6)	248	87
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	46	68	(65)	49	3
Provisão para manutenção	38.554	5.278	(1.980)	41.852	3.298
AVP ônus Concessão	1.317	-	(1.078)	239	(1.078)
Juros capitalizados	(389)	(119)	37	(471)	(82)
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT	(22.682)	-	2.592	(20.090)	2.592
IR e CS diferido - ativo (i)	23.264	6.705	(2.138)	27.831	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					4.567

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$27.831 no ativo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	5.809
2018	6.256	5.647
2019	6.006	4.846
2020	5.212	4.846
2021	5.212	4.846
2022 a 2025	5.145	(2.730)
	27.831	23.264

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	532.213	409.848
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(180.952)	(139.348)
Juros sobre o capital próprio	8.793	9.283
Despesas indedutíveis	(3)	(9)
Gratificações diretores	(105)	(131)
Incentivos fiscais (PAT)	432	475
Outros	(34)	22
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(171.869)	(129.708)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(176.436)	(140.422)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	4.567	10.714
Taxa efetiva	32,3%	31,6%

Notas Explicativas

11. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	1.175.837	1.143.283
Remuneração (juros)	34.047	33.671
Custos com emissão de debêntures	(15.592)	(18.820)
	<u>1.194.292</u>	<u>1.158.134</u>
Circulante	30.605	30.444
Não circulante	1.163.687	1.127.690

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	1.158.134	1.083.209
Pagamento de juros	(48.241)	(45.947)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	84.399	120.872
Saldo final	<u>1.194.292</u>	<u>1.158.134</u>

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses inferior a 3,5x e (ii) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses / Despesa Financeira Líquida Superior a 2,0x, calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora.

Os índices medidos em 31 de dezembro de 2017 foram: (i) 1,35x e (ii) 13,15x (Índices não revisados pelos auditores independentes).

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	-	-	-	(3.442)	(3.442)
2019	133.467	(2.942)	130.525	129.772	(2.942)	126.830
2020	133.466	(2.653)	130.813	129.771	(2.653)	127.118
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022	302.945	(2.057)	300.888	294.557	(2.057)	292.500
A partir de 2023	605.959	(1.624)	604.335	589.183	(1.625)	587.558
	1.175.837	(12.150)	1.163.687	1.143.283	(15.593)	1.127.690

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Custos com emissão (*)	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	9,48% a.a.
2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	9,14% a.a.
		<u>881.000</u>	<u>(30.361)</u>	<u>850.639</u>		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de *"bookbuilding"*, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

12. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	5.831	-	(50.281)	(25.902)
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	58	-	-	285	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (f)	Controladora direta	-	320.059	-	20.059	-	-
CBB Indústria e Comércio Asfaltos Ltda (c)	Outras partes	-	5.595	-	-	-	-
TB Transportadora de Betumes Ltda (c)	Outras partes	-	573	-	-	-	-
CR Almeida Engenharia e Serviços S.A. (d)	Outras partes	-	11.385	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (e)	Outras partes	-	25.274	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017		58	362.886	5.831	20.344	(50.281)	(25.902)
Total em 31 de dezembro de 2016		56	55.460	3.683	264	(42.938)	(28.461)

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$76.184, o saldo em aberto de R\$5.831 em 31 de dezembro de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (b) Locação do prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$24 (R\$22 em 31 de dezembro de 2016).
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Serviços S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$53.176, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços foi 30 de setembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar.
- (d) A CR Almeida Engenharia de Obras S.A., presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que do SAI – Sistema Anchieta Imigrantes, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$12.330. O prazo para execução desses serviços é janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2017 foram realizados R\$11.874. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.
- (e) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A. e Itinera Construções, foi contratado para realizar serviços de execução de obras da implantação da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega do km 274 ao km 292 da pista oeste. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$27.869. O prazo para execução desses serviços é janeiro de 2018 e até 31 de dezembro de 2017 foram realizados R\$27.345. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.
- (f) Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 no montante R\$1.300.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.398, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock*).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	802	793
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	248	110
Seguro de vida	2	-
Assistência saúde	54	-
Previdência privada	47	46
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	245	-
	<u>1.398</u>	<u>949</u>

13. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 6,58% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	468.653	58.683	-	-	527.336
Efeito do valor presente sobre a constituição	(75.327)	(11.274)	-	-	(86.601)
Realização da manutenção	(329.592)	-	(47.720)	-	(377.312)
Ajuste a valor presente - realizações	45.013	-	-	10.010	55.023
	<u>108.747</u>	<u>47.409</u>	<u>(47.720)</u>	<u>10.010</u>	<u>118.446</u>
Circulante	26.825				34.693
Não circulante	81.922				83.753

Notas Explicativas

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	402.784	65.869	-	-	468.653
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(10.437)	-	-	(75.327)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(43.679)	-	(329.592)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	10.739	45.013
	86.255	55.432	(43.679)	10.739	108.747
Circulante	19.289				26.825
Não circulante	66.966				81.922

14. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 9,50% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	5.146	169	5.315
	2.776	169	2.945
Não circulante	2.776		2.945
	31/12/2015	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	169	5.146
	2.607	169	2.776
Não circulante	2.607		2.776

Notas Explicativas

15. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas fixas (a)	6.330	26.249
Parcelas variáveis (b)	1.500	1.448
	<u>7.830</u>	<u>27.697</u>
Circulante	7.830	20.270
Não circulante	-	7.427

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em 31 de dezembro de 2017, restam 4 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 98,33% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o desconto de R\$1.063 (R\$2.693, devedora, em 31 de dezembro de 2016), somado à atualização monetária credora do direito de outorga de R\$157 (R\$1.804, devedor em 31 de dezembro de 2016), e foi totalizado o valor líquido credor de R\$1.220 (R\$4.497, devedor, em 31 de dezembro de 2016) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	7.427
	<u>-</u>	<u>7.427</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	27.697	40.762
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	(1.220)	4.497
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	15.937	14.186
Pagamento principal e atualização	(34.584)	(31.748)
Saldo final	<u>7.830</u>	<u>27.697</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo menor dos índices entre IGP-M – Índice Geral de Preços - Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	31/12/2017	31/12/2016
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	89.439	115.064
Conservação especial (manutenção)	223.587	228.847
Equipamentos	53.000	43.057
	366.026	386.968

16. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	57.882	4.713	7.667	70.262
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(222)	269	900	947
(-) Pagamentos	(2.459)	(1.361)	-	(3.820)
(+) Atualização monetária	5.893	1.050	63	7.006
Saldos em 31 de dezembro de 2017	61.094	4.671	8.630	74.395

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.634)	1.131	1.040	537
(-) Pagamentos	(596)	(1.147)	-	(1.743)
(+) Atualização monetária	178	978	1.287	2.443
Saldos em 31 de dezembro de 2016	57.882	4.713	7.667	70.262

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2017, R\$13.163 (R\$10.246 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Em agosto de 2017 foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela CDHU e pelo Ministério Público. Em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2017 este valor atualizado é de R\$49.405, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$49.405.

Notas Explicativas

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$18.775 (R\$12.526 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$25.130 (R\$22.924 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 31 de dezembro de 2017 totalizando R\$339.873 refere-se a: R\$37.313 saldo de dividendos remanescentes de 2016, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017; R\$278.406 dividendos intermediários do exercício de

Notas Explicativas

2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2018; R\$1.902 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2016 e R\$22.252 (dos R\$25.862 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2017. O saldo de R\$ 3.610 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	360.344	280.140
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	360.344	280.140
Dividendos intermediários pagos	(278.406)	(215.523)
Juros sobre o capital próprio pagos (a pagar) no exercício seguinte	(25.862)	(27.304)
Dividendos adicionais propostos (**)	(56.076)	(37.313)

(*) Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17.c), não foi constituída a reserva legal pelo fato da reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

(**) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

18. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	368.869	327.511
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	586.350	527.625
Vale-pedágio	60.989	48.122
Outras	463	534
	1.016.671	903.792
Receitas com construção (c)	56.644	78.813
Receitas acessórias (b)	45.802	41.915
	102.446	120.728

Notas Explicativas

Receita bruta	1.119.117	1.024.520
Deduções de receita	(95.642)	(81.724)
Receita líquida	1.023.475	942.796
<u>Base de cálculo de impostos</u>	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com arrecadação de pedágio	1.016.671	903.792
Receitas acessórias	45.802	41.915
	1.062.473	945.707
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(31.874)	(28.371)
PIS (0,65%)	(6.906)	(6.147)
ISS (2% a 5%)	(53.013)	(47.206)
Abatimentos	(3.849)	-
	(95.642)	(81.724)

19. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	36.513	36.926
Conservação e manutenção	10.313	10.686
Serviços de terceiros (*)	93.606	89.830
Seguros	3.919	4.824
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	15.937	14.186
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 13)	47.409	55.432
Custo de construção de obras	56.644	78.813
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº8 e nº9)	149.816	121.922
Locações de imóveis e máquinas	3.224	2.872
Outros custos e despesas operacionais	14.167	13.924
	431.548	429.415
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	387.194	379.738
Despesas gerais e administrativas	44.354	49.677
	431.548	429.415

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas**20. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	17.702	37.741
Variação monetária sobre debêntures	5.657	-
Variação monetária sobre créditos fiscais	4.212	4.091
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente	1.220	-
Juros ativos sobre debêntures privadas	20.059	-
Outros	50	308
	<u>48.900</u>	<u>42.140</u>
Juros sobre debêntures	(48.617)	(48.016)
Variação monetária sobre debêntures	(38.212)	(69.993)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(4.497)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(3.227)	(2.863)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e para construção de obras futuras	(10.179)	(10.908)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(5.470)	(6.292)
Outras	(3.047)	(3.087)
	<u>(108.752)</u>	<u>(145.656)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(59.852)</u>	<u>(103.516)</u>

21. Lucro por açãoc) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	360.344	280.140
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>1,33</u>	<u>1,04</u>

d) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	1.202.122	1.185.831
Caixa e equivalentes de caixa	(135.740)	(332.433)
Dívida líquida	1.066.382	853.398
Patrimônio líquido (ii)	419.623	400.860
Índice de endividamento líquido	2,54	2,13

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11 e 15.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa de 98,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	9.440	9.440
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	61.964	61.964
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	126.300	126.300
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	14.899	14.899
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.194.292	1.194.292
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	7.830	7.830
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Outros passivos financeiros	311	311

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$48.447 (R\$52.132 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	6.253	-	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	17.394	145.326	143.867	-
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	66.687	41.293	42.122	1.154.477

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	6.495	4.872	3.248
Juros sobre as debêntures (b)	Alta do IPCA	(85.422)	(86.655)	(87.895)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(66)	(82)	(99)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(78.993)</u>	<u>(81.865)</u>	<u>(84.746)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
IPCA (b)	3,86%	4,83%	5,79%
IGP-M (c)	4,18%	5,23%	6,27%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 09 e 15.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 12.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Rui Juarez Klein

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores